

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.367 - RS (2019/0350498-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **TATIANA VALIM DE CASTRO**
ADVOGADO : **GUILHERME ROLIANO DA SILVA E OUTRO(S) - RS110123**
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
INTERES. : **CARLOS ALEXANDRE PEREIRA DA CRUZ E OUTROS**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança com pedido liminar interposto por TATIANA VALIM DE CASTRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (MS n. 0240063-15.2019.8.21.7000).

Depreende-se dos autos que a recorrente é legítima proprietária do veículo Renault Logan EXP 1.6 que tinha sido apreendido *"quando da prisão em flagrante dos acusados Ezequiel da Rosa Antunes, Carlos Alexandre Pereira da Cruz e Carlos Daniel dos Santos Pimentel, nos autos do processo de nº 086/2.18.0007115-2, que tramita perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Cachoeirinha/RS"* (e-STJ fl. 198).

Irresignada, a defesa postulou a restituição do bem ao Juízo de primeira instância, que deferiu o pedido, indeferindo, contudo, o pedido de isenção de taxa de remoção e estada do veículo no Detran-RS (e-STJ fl. 121).

Impetrou, por tal razão, mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. O *mandamus* foi denegado em acórdão cuja ementa foi definida mediante os seguintes termos (e-STJ fl. 197):

MANDADO DE SEGURANÇA. VEÍCULO RESTITUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DAS DESPESAS DE REMOÇÃO E ESTADAS. IMPOSSIBILIDADE. Inviável a isenção do pagamento das diárias, conforme dispõe a Portaria nº 441/2018 do DETRAN/RS, pois, a impetrante não se enquadra nas hipóteses previstas na Portaria para receber a isenção. Ausência de direito líquido e certo. Decisão mantida.

SEGURANÇA DENEGADA.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa que *"o artigo*

3º, caput, inciso XXX, da Lei Estadual n.º 8.109/1985 e artigo 15, parágrafo 1º, da Portaria n.º 441/2018 do DETRAN/RS são claros ao preverem a isenção do pagamento de custas decorrentes do depósito quando o proprietário for vítima, ou seja, quando não tiver contribuído para com a apreensão do bem. Cabe frisar a inexistência de qualquer relação da Requerente com o fato criminoso que resultou na apreensão do seu veículo, devendo ser estendido o benefício da isenção ao presente caso, uma vez que é terceira de boa-fé" (e-STJ fl. 235).

Requer, inclusive liminarmente, "seja conhecido e provido o presente recurso, para o fim de que seja reformado o acórdão, concedendo-se a ordem do mandado de segurança, a fim de que seja conferido o benefício da isenção do pagamento taxas/diárias decorrentes da apreensão do veículo [...]" (e-STJ fl. 238).

É, em síntese, o relatório.

Inicialmente, deve-se asseverar que, em regra, mutatis mutandis, "é incabível o conhecimento de mandado de segurança impetrado contra decisão que indefere o pleito de restituição dos bens sequestrados, porquanto é cabível a interposição de apelação, consoante previsto no art. 593, II, do Código de Processo Penal" (AgInt no RMS n. 53.637/PE, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/5/2017, DJe 24/5/2017).

No entanto, em juízo de cognição sumária, não vislumbro manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É que, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de eventual direito líquido e certo da recorrente passível de ser garantido pela presente via.

Deve a irresignação, portanto, ser apreciada em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator